



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1.215/2006

Dispõe sobre a instituição do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS e dá outras providências.

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS – órgão gestor do desenvolvimento rural sustentável do Município de Lajinha-MG, que terá função consultiva ou deliberativa, segundo o contexto de cada política pública ou programa de desenvolvimento rural em implementação.-

Parágrafo Único – A composição do CMDRS-(CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL) obedecerá ao estabelecido nas orientações para constituição ou reformulação de CMDRS, aprovadas pelo Plenário do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS.-

Artigo 2º - Ao CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS compete promover:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I)-o desenvolvimento rural sustentável do Município, assegurando a efetiva e legítima participação das comunidades rurais na discussão e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS, de forma a que este contemple ações de apoio e fomento à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e da reforma agrária, à regularidade da oferta, da distribuição e do consumo de alimentos no Município, e à organização dos agricultores-(as) familiares, buscando sua promoção social, à geração de ocupações produtivas e à elevação da renda;-

II)-a execução, a monitoria e a avaliação das ações previstas no plano municipal de desenvolvimento rural sustentável do Município e dos impactos dessas ações, no desenvolvimento municipal, e propor redirecionamento;-

III)-a formulação e a proposição de políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável;-

IV)-a inclusão dos objetivos e ações do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Municipal (LOA);-

V)-a aprovação e compatibilização da programação físico-financeira anual, a nível municipal, dos programas que integram o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, acompanhando seu desempenho e apreciando relatórios de execução;-



VI)-a compatibilização entre as políticas públicas municipais, regionais, estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e para a conquista e consolidação da plena cidadania no espaço rural;-

VII)-a criação e/ou fortalecimento das associações comunitárias rurais e a sua participação no CMDRS;-

VIII)-a articulação com os Municípios vizinhos visando a construção de planos regionais de desenvolvimento rural sustentável;-

IX)-a identificação e quantificação das necessidades de crédito rural e de assistência técnica para os agricultores familiares;-

X)-a articulação com os agentes financeiros com vistas a solucionar dificuldades identificadas e quantificadas, em nível municipal, para concessão de financiamentos à agricultura familiar;-

XI)-ações que revitalizem a cultura local;-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

XII)-a diversidade e a representação dos diferentes atores sociais do Município, no Plenário do Conselho, estimulando a participação de mulheres, jovens, indígenas e descendentes de quilombos.-

Artigo 3º - Para os efeitos desta lei considera-se agricultor(a) familiar aquele(a) que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I)-não detenha, a qualquer título, área maior do que 4-(quatro) módulos fiscais ou, no máximo, 6-(seis) módulos fiscais quando tratar-se de pecuarista familiar;-

II)-utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;-

III)-tenha renda familiar originada, predominantemente, de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, nos termos estabelecidos pelo Plano Safra do PRONAF;-

IV)-dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;-

V)-resida no próprio estabelecimento ou em suas proximidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parágrafo Único. São também beneficiários desta lei:

- a)-agricultores-(as) familiares na condição de posseiros-(as), arrendatários-(as), parceiros-(as) ou assentados-(as) da Reforma Agrária;-
- b)-indígenas e remanescentes de quilombos;-
- c)-pescadores-(as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais;-
- d)-extrativistas que se dediquem à exploração extrativistas ecologicamente sustentável;-
- e)-silvicultores-(as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável; e
- f)-aquicultores-(as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal ou mais frequente de vida seja a água.-

Artigo 4º - O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL –(CMDRS) tem foro e sede no Município de Lajinha-MG.-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Artigo 5º - O mandato dos membros do CMDRS - (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL) será de 2-(dois) anos, podendo haver uma única reeleição, não se admitindo prorrogação de mandato e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município.-

Artigo 6º - Integram o CMDRS - (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL):

I)-representantes de entidades da sociedade organizada que estudem e/ou promovam ações voltadas para o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar; de órgãos do poder público vinculados ao desenvolvimento rural sustentável, e de organizações para-governamentais tais como: associações de Municípios, instituição de economia mista cuja presidência é indicada pelo poder público, também voltadas para o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar; e

II)-Entidades representativas dos agricultores(as) familiares e de trabalhadores-(as) assalariados-(as) rurais.-

Parágrafo 1º - O CMDRS-(CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL) deverá ter, obrigatoriamente, como maioria de seus membros, representantes dos agricultores-(as) familiares e trabalhadores-(as) assalariados-(as) rurais, escolhidos e indicados por suas respectivas



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

comunidades, associações, conselhos de desenvolvimento comunitário, sindicatos e demais grupos associativos.-

Parágrafo 2º - Todos os Conselheiros Titulares e Suplentes devem ser indicados formalmente, em documento escrito, pelas instituições que representam da seguinte forma:

a)-para conselheiros e suplentes indicados por entidades da sociedade civil organizada, órgãos públicos e organizações para-governamentais, a indicação deverá ser feita em papel timbrado e assinado pelo responsável pela respectiva instituição;-

b)-para conselheiros e suplentes indicados por comunidades ou bairros rurais onde não haja associação constituída a indicação deverá ser feita em reunião específica para este fim e deverá ser lavrada a respectiva ata, assinada pelos presentes; e

c)-para conselheiros e suplentes indicados por comunidades ou bairros rurais onde haja associação constituída a escolha deverá ser feita em reunião específica para este fim e a indicação deverá ser assinada por todos os presentes.-

Parágrafo 3º - As indicações serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para publicação através de DECRETO ou PORTARIA municipal, no prazo máximo de 30-(trinta) dias.-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Artigo 7º - O Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDRS cumprir as suas atribuições.-

Artigo 8º - O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL elaborará o seu REGIMENTO INTERNO para regular o seu funcionamento.-

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando expressamente revogada a Lei 1.189/05 e todas as outras disposições em contrário.-

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E CINCO. (27/12/2005)

Ver^a ALZIRA MACHADO FERNANDES ARAUJO
Presidente

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 23/01/2006, conforme cópia arquivada em pasta própria.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Lúcia Maria Miguel Morais

At. Legislativo

t